

## JUSTIÇA

Risco de prescrição de crimes e espera de centenas de pessoas por direitos previdenciários são realidade no Norte de Minas, onde há uma vara federal para 1,67 milhão de habitantes

# Demanda alta gera problemas

LUIZ RIBEIRO

O Ministério Público Federal ajuizou dezenas de ações por improbidade administrativa e outros delitos referentes a desvios de recursos públicos e agentes públicos na Vara da Justiça Federal em Montes Claros e teme que parte dos crimes prescrevam por causa da demora no julgamento dos processos. Da mesma forma, centenas de pessoas estão sendo prejudicadas, aguardando, há vários anos pela concessão de direitos previdenciários porque as ações que impetraram em juízo ainda não foram julgadas. Esses são problemas decorrentes da sobrecarga de trabalho na Subseção Judiciária Federal de Montes Claros, que conta somente com uma vara e um juizado especial, para atender 1,67 milhão de habitantes, uma das piores relações população/vara federal do país.

De acordo com estudo da Procuradoria da República, a população sob jurisdição da subseção de Montes Claros supera a quantidade de habitantes dos estados de Rondônia, Tocantins, Acre, Amapá e Roraima e iguala à população de Sergipe. Ela abrange 98 municípios do Norte de Minas, alcançando uma extensão de 132.698 Km<sup>2</sup>, superior à área de vários estados brasileiros como Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Distrito Federal. Estatística do próprio Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região mostra que a vara federal do município, instalada no final de



DANILO EVANGELISTA/ESP. EM/D.A. PRESS

“

Pela situação difícil hoje em Montes Claros, mesmo com o esforço dos juizes e dos servidores, vai ficar humanamente impossível dar aos cidadãos, as respostas que eles precisam na área judiciária federal

”

■ Alan Versiane de Paula, procurador federal

2005, até maio de 2009, já contava com 17.287 processos. Um número que superava a soma de todos os processos, no mesmo período, em tramitação nas subseções judiciárias de São João Del Rey, Lavras, Patos de Minas e Governador Valadares (duas varas).

“Pela situação difícil hoje em Montes Claros, mesmo com o esforço dos juizes e dos servidores, vai ficar humanamente im-

possível dar aos cidadãos, as respostas que eles precisam na área judiciária federal”, afirma o procurador Alan Versiane de Paula, que atua no município. Ele participa de mobilização, que conta com a participação de lideranças políticas e entidade de classe da região, para que sejam criadas, pelo menos, mais uma vara federal em Montes Claros e outras três no Norte do estado e no Va-

le do Jequitinhonha. Versiane de Paula explica que, ao buscar alternativas para diminuir as pilhas de processos da Justiça Federal, o Ministério Público cumpre o seu papel de tentar garantir que a sociedade tenha acesso à Justiça Federal.

**PRESCRIÇÃO** De acordo com Versiane de Paula, somente no ano passado, o MPF ajuizou 115

processos contra mais de 400 pessoas acusadas de improbidade administrativa e outros crimes contra o erário público, que vão desde não prestação de contas em convênios até os desvios de dinheiro público. Entretanto, o procurador diz temer que a lentidão no andamento dos processos e no julgamento das ações – consequências da sobrecarga de trabalho da Justiça Federal –

possa contribuir para que os responsáveis pela mau uso do dinheiro público fiquem impunes. “O prazo de prescrição das ações criminais por desvios de recursos públicos varia de quatro a 16 anos. Por isso, é imprescindível que os processos tenham um andamento adequado para que cheguem ao final e não haja favorecimento a impunidade”, ressalta o promotor.

## MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO  
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



MARCOS MICHELEINEM

## Tudo igual nas pesquisas

Divulgada quarta-feira, a mais recente pesquisa nacional do Ibope sobre a sucessão presidencial confirmou o que se sabia e o que se imaginava: a forte redução da diferença entre Serra e Dilma e um quadro de aparente estabilidade desde meados de janeiro. No cenário com Ciro Gomes, o governador fica com 35% e a ministra com 30%.

Com essa, são agora quatro pesquisas que apontam para o mesmo quadro, com variações insignificantes nos resultados. A primeira, feita entre os dias 13 e 17 de janeiro pela Vox Populi, mostrava uma diferença de sete pontos percentuais. A segunda, feita pela Sensus entre os dias 25 e 29 do mesmo mês, falava em cinco pontos. O Datafolha, com campo nos últimos dias de fevereiro, era quase igual, com quatro pontos a mais para o tucano. Agora, na do Ibope, realizada entre os dias 6 e 10 de março, cinco pontos.

O tamanho da redução varia em função da data de realização da pesquisa anterior de cada instituto. Assim, quem fez a pesquisa comparável mais cedo registra a maior mudança: segundo o Ibope, de 21 pontos de vantagem em novembro (quando Serra tinha 38% e Dilma 17%), passamos a cinco. Todos os outros levantamentos mostraram reduções parecidas, mas não idênticas.

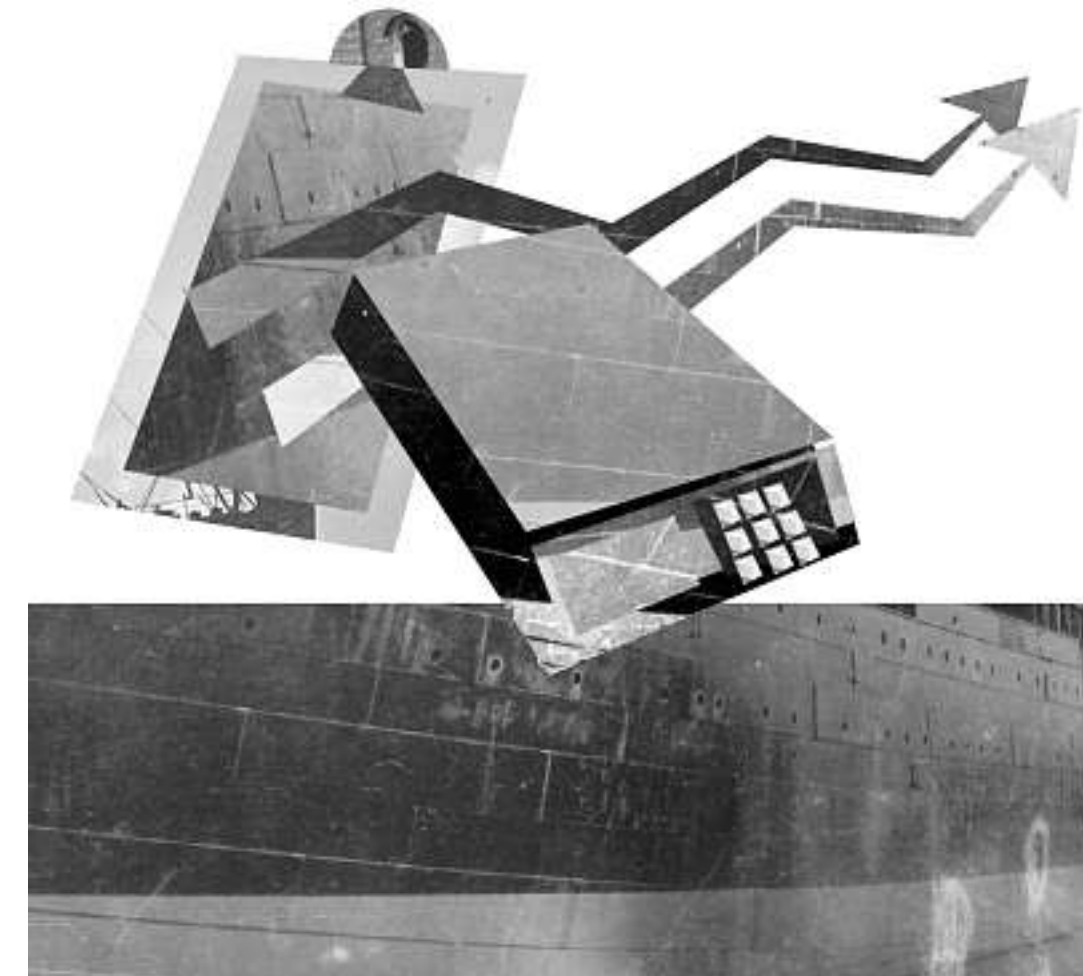
Não seria, portanto, possível projetar tendências para o futuro com base apenas no que

diz cada instituto. Erraria feio quem supusesse, por exemplo, que, se em três meses (dezembro, janeiro e fevereiro) Dilma subiu 13 pontos e Serra caiu 8, como diz o Ibope, então, nos próximos três, ela iria para 43% e ele para 27%. Nada, hoje, sugere que é isso que teremos em meados de junho, quando estivermos já no período das convenções partidárias.

O que as quatro pesquisas indicam é que houve uma mudança importante na virada do ano, entre meados de dezembro e de janeiro. O que a provocou é difícil dizer, pois é sempre complicado apontar causas singulares para fenômenos de opinião que afetam dezenas de milhões de pessoas. Não devemos nos esquecer que cada ponto nas pesquisas equivale a perto de 1,35 milhões de eleitores. Ou seja, os 21 pontos percentuais de mudança, segundo o Ibope, poderiam ser lidos como indicio de que mais de 28 milhões de pessoas mudaram de opinião sobre os candidatos no período.

Muito provavelmente, uma conjugação de fatores aconteceu, entre quais um dos mais relevantes foi a aparição de Dilma nos comerciais e no programa nacional do PT, secundada por sua presença também na mídia estadual de seu partido. A não se descartar que, enquanto ela aumentava sua visibilidade, Serra permanecia em seu canto.

A mudança fundamental foi no nível de conhecimento de Dilma, o que quer dizer de



sua associação com Lula. Os dados do Datafolha já permitiam pensar em uma relação linear, pois, comparando seus levantamentos de dezembro e fevereiro, enquanto o conhecimento dela aumentava sete pontos, suas intenções de voto cresciam cinco pontos e as de Serra caíam cinco.

Agora, algo muito parecido é captado pelo Ibope, quando se comparam seus resultados de novembro e março. O conhecimento de Dilma foi de 32% para 44%, maior em 12 pontos. Puxadas por isso, suas

intenções de voto aumentaram 13 pontos. A queda concomitante de Serra não foi tão intensa, mas chegou a oito pontos. Foi, portanto, mais uma pesquisa que reitera quão importante é acompanhar a evolução dessa variável para entender o que vem pela frente.

Mas, de janeiro para cá, entramos em uma fase de estabilidade. A rigor, são dois meses sem qualquer mudança perceptível. O que é bom para Serra, pois sua vantagem produz consequências políticas, inibindo, por exemplo, a ampliação da

aliança que deverá lançar a ministra. Como seguro morreu de velho, tem muita gente nos partidos de porte médio esperando para ver o que vai acontecer.

Mas a pesquisa do Ibope, como as outras, é muito mais favorável a Dilma que a ele. Pensando nos próximos meses, a principal pergunta que ela coloca é sobre o piso de Serra. Até onde ele cairá transferindo intenções de voto para a candidata de Lula? Qual é sua intenção de voto real, a que não decorre apenas de haver muitas pessoas que ainda não a conhecem?

“

O que as quatro pesquisas indicam é que houve uma mudança importante na virada do ano, entre meados de dezembro e de janeiro. O que a provocou é difícil dizer, pois é sempre complicado apontar causas singulares para fenômenos de opinião que afetam dezenas de milhões de pessoas